

Atualidade econômica

Devedores buscarão soluções políticas

CARTAGENA — Com a convicção de que a dívida externa é agora um problema político, começou ontem a reunião dos 11 países mais endividados da América Latina. Esses países pretendem que as nações industrializadas façam concessões para ajudar a região a recuperar-se da crise econômica.

As discussões técnicas terminarão amanhã quando serão realizadas as reuniões ministeriais, em busca de uma posição conjunta em relação à dívida externa da região, considerada como uma carga que impede o desenvolvimento dos países em débito. O documento final será divulgado sábado.

Ao contrário de reuniões anteriores sobre o assunto, patrocinadas por instituições regionais, o encontro de Cartagena tratará pela primeira vez a questão a nível governamental. "O encontro deve buscar fórmulas políticas para o pagamento da dívida externa porque dentro dos atuais parâmetros não se pode pagar", disse o chanceler argentino Dante Cápulo.

Acredita-se que as deliberações serão eclipsadas pela crise de endividamento da Argentina, que no começo do mês tomou a atitude sem precedentes de submeter seu próprio plano econômico ao Fundo Monetário Internacional (FMI) sem a aprovação prévia do organismo.

O presidente da Federação Latino-Americana de Bancos, Fernando Londono, disse, em Bogotá, que os



Arquivo

Galvão: pressões políticas não devem levar a confronto

próximos 15 dias serão decisivos para a economia ocidental, pois se saberá se há uma solução para a dívida da região, avaliada em US\$ 350 bilhões, ou se o mundo entrará em uma grande crise. Segundo ele, a situação depende da resposta dos Estados Unidos para a dívida exterior da Argentina.

No entanto, importantes banqueiros, como Walter Wriston, do Citibank, não deram tanta importância ao impacto que a Argentina cau-

saria deixando de pagar a dívida. Na sua opinião, as tentativas do país de obter melhores prazos demonstram que se trata de um caso de ensaio para a ação regional.

Funcionários latino-americanos continuaram a negar a existência de planos para a formação de um clube de devedores, mas ao mesmo tempo deixaram claro que há a intenção de se intensificar as pressões sobre os credores com o objetivo de aliviar o peso da dívida.

Na semana passada o ministro brasileiro da Fazenda, Ernane Galvão, dizia que as pressões políticas sobre os países industrializados poderiam esclarecer os negociadores. No entanto, segundo ele, isso não deveria levar credores e devedores a um confronto.

Por sua vez, o secretário-executivo da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), Enrique Iglesias, disse segunda-feira que nenhum país latino-americano tem interesse em romper com a comunidade financeira internacional.

O Brasil e o México defendem a negociação individual da dívida. De acordo com os funcionários mexicanos, a posição de seu país deve-se à idéia de que cada caso tem particularidades próprias e que as conversações entre os países e os bancos não se encontram na mesma fase.

O vice-chanceler mexicano, Jorge Eduardo Navarrete, acredita que se em Cartagena for encontrada uma definição clara de princípios, a América Latina poderá contar com um programa para ser apresentado no diálogo com os países credores, os bancos e os organismos financeiros internacionais.

O representante do Banco Central do Equador, Abelardo Pachano, afirmou que uma das maiores preocupações na conferência é o aumento da taxa de juros dos bancos norte-americanos, que agrava os desajustes das economias da região. A res-

peito do mesmo problema, o ministro da Fazenda da Venezuela, Eduardo Mayobre, disse que o ideal seria "conseguir taxas de juros manejáveis para nossas economias". Mas não se mostrou otimista quanto a essa possibilidade.

Outro país devedor presente em Cartagena é o Chile. O diretor econômico da chancelaria chilena, Andres Concha, acha que o encontro precisa buscar "soluções para o problema da dívida externa que evitem que os países da América Latina fiquem hipotecados aos bancos estrangeiros", comprometendo o futuro desenvolvimento.

A Bolívia propôs a criação de uma "frente comum", o que foi interpretado como a formação de um temido clube de devedores, mas como se sabe, a sugestão foi rejeitada pelos demais países, favoráveis a uma posição moderada.

A conferência de Cartagena conta também com a presença de observadores dos bancos norte-americanos, que são os mais comprometidos com a dívida latino-americana. O Manufacturers Hanover, por exemplo, tem quase 250% de seu capital acionário comprometidos com empréstimos aos quatro maiores devedores: Brasil, México, Argentina e Venezuela. Outros oito bancos dos Estados Unidos concederam empréstimos a esses mesmos países que representam entre 100 e 180% de seu capital.